

**Assunto:** Re: Re: PEL 90006-2025 - Análise e Parecer Conclusivo - Fase Recursal - Contratação de motoristas

**De:** "Maria das Gracas Santos Marinho" <gracamarinho@cbtu.gov.br>

**Data:** 09/10/2025, 13:40

**Para:** Carlos Sá Barreto <carlosfilho@cbtu.gov.br>, "Claudia Regina Cruz de Almeida Lima" <claudialima@cbtu.gov.br>

Prezado,

Segue posicionamento desta COPTE.cla

Das razões e contrarrazões apresentadas, observamos que:

1 – De acordo com a Área Jurídica da STU/REC as omissões apontadas em recurso (auxílio alimentação, férias, reposição e aprendiz) configuram falhas formais sanáveis, não comprometendo a exequibilidade da proposta.

2 – No tocante a ausência do percentual de 1,94% referente ao Aviso Prévio Trabalhado (APT), a Constituição Federal estabelece que, nos casos de despedida arbitrária sem justa causa, o empregado fará jus a uma indenização compensatória, dentre outros direitos.

No aviso Prévio trabalhado, o empregado terá sua jornada diária reduzida em 2 (duas) horas, sem prejuízo do salário, podendo optar, ao invés de ter a redução diária da jornada, faltar ao serviço 7 dias corridos, sem prejuízo da remuneração.

O custo que aqui estimamos é o valor do custo dos 7 (sete) dias que deverá ser coberto por outro empregado.

Faz-se o cálculo do indicador do custo mensal conforme fórmula recomendadas nos Acórdão do TCU, nº 3.006/2010 e nº 1.094/2007, e ser apenas adotadas no primeiro ano de contrato.

$$\% \text{ APT} = (7/30)/12 \times 100 = \% \text{ APT} = 1,94\%$$

**Devendo** ser objeto de regularização pela licitante, e que a correção não implique alteração do valor global da proposta.

No mais, entendo pertinente chamar a empresa Senthury Serviços Ltda para apresentar memória de cálculo revisada, condicionando a inclusão do percentual de 1,94% do Aviso Prévio Trabalhado e a comprovação de que os custos trabalhista estão integralmente contemplados.

Atenciosamente,

Graça Marinho  
COPTE/GOFIN/STU-REC  
(81) 2102-8613  
E-mail: gracamarinho@cbtu.gov.br

Em 09/10/2025 às 09:06 horas, carlosfilho@cbtu.gov.br escreveu:

Prezados, bom dia!

Hoje é o prazo fatal para o oferecimento de subsídios para o melhor encaminhamento da conclusão da fase recursal. Diante disso, solicito a todos que encaminhem seus apontamentos para análise.

Atenciosamente.

Carlos Sá Barreto  
Pregoeiro

Em 06/10/2025 12:07, Carlos Sá Barreto escreveu:

Prezados, bom dia!

Encaminho, para análise e manifestação conclusiva, as peças processuais referentes à fase recursal do Pregão Eletrônico nº 90006/2025. A seguir, apresento um resumo objetivo da controvérsia.

#### **Síntese dos Argumentos dos Recursos (Empresas TERCEIRIZE e ARGUS)**

As recorrentes apontam que a planilha de custos da empresa vencedora apresenta vícios que a tornam inexecutável, com destaque para os seguintes pontos:

Omissão de Custos da CCT: Ausência de cotação para o Auxílio Alimentação e a Cobertura Social.

Omissão da Provisão para Férias: Sustentam que a planilha suprimiu o custo principal referente às férias (8,33%).

Cotação Irrisória para Custo de Reposição: Valor simbólico e insuficiente para cobrir a ausência de profissional em férias.

Ausência de Custo de Aprendiz: Alegam a ausência de cotação do custo referente ao Jovem Aprendiz (Cláusula 59ª da CCT), ponto este que não foi enfrentado nas contrarrazões da empresa vencedora.

#### **Síntese dos Argumentos das Contrarrazões (Empresa SENTHURY)**

A empresa vencedora defende sua proposta, sustentando que:

As omissões na planilha são erros materiais sanáveis, e a desclassificação seria um formalismo exacerbado.

O preço global ofertado é executável e que eventuais custos não detalhados seriam cobertos por sua margem de lucro (BDI).

A jurisprudência do TCU ampara a possibilidade de correção de planilhas sem alteração do valor final.

Quanto ao auxílio-alimentação, o valor zerado se justifica pela faculdade prevista na CCT, alegando que cumprirá a obrigação por meios alternativos, como "parcerias privadas".

Em relação ao questionamento sobre as férias, a empresa rebateu diretamente a alegação de omissão, argumentando que:

A estrutura da planilha segue o modelo padrão e a rubrica contempla o necessário.  
Os custos de reposição de substitutos estão adequados.  
A proposta está em conformidade com a legislação e é a mais vantajosa para a Administração.

Diante do exposto, solicito que cada área se pronuncie conclusivamente:

**À COPTE:** Peço a análise detalhada da planilha frente às exigências da CCT, legislação e IN 05/2017. Alerto, ademais, para que verifiquem a provisão para a Multa de 4% sobre o FGTS para fins de rescisão (conta vinculada), pois há indícios de que este custo também não foi contemplado.

**À COSES:** Solicito parecer sobre os impactos na futura gestão do contrato caso as alegações da SENTHURY sejam acolhidas. Em especial, peço que considerem a viabilidade e as implicações operacionais de alegações genéricas, como a de que o fornecimento de alimentação se dará por "parcerias privadas", e a eventual necessidade de a CBTU disponibilizar ou fiscalizar locais para refeição dos motoristas.

**À GOJUR:** Peço pela reavaliação do posicionamento jurídico emitido em consulta prévia da área técnica, que indicou a possibilidade de aceitar os valores zerados com base nas faculdades da CCT. Solicito que este entendimento seja confrontado com os argumentos apresentados nos recursos, emitindo posicionamento sobre a conduta juridicamente mais segura a ser adotada.

Informo que o posicionamento preliminar deste Pregoeiro tende a ser pelo acolhimento dos recursos. Esta inclinação se fundamenta principalmente:

- a) Na aparente omissão de custos relevantes que deveriam compor as provisões da conta vinculada;
- b) No fato de que, em resposta a pedido de esclarecimento durante o certame, a própria área demandante estabeleceu um critério objetivo e inalterável para um dos custos, respondendo que: "Será considerado o percentual estabelecido conforme a legislação vigente que hoje seria de 1,94%. Não poderá ser alterado.". Tal resposta vincula a Administração e parece não ter sido observada pela licitante vencedora.

Considerando a necessidade de celeridade na decisão, o prazo final para a inclusão dos pareceres no processo é sexta-feira, 10/10/2025. Contudo, solicito a gentileza de que todas as áreas se posicionem, se possível, até o final do dia de quinta-feira, 09/10/2025.

Atenciosamente,

Carlos Sá Barreto  
Pregoeiro